

EMBRAPA, INPI E QUEIJARIBE: FORMAÇÃO E DIRETRIZES PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO QUEIJO COALHO DE JAGUARIBE.¹

Ivaneide Barbosa Ulisses²

Resumo: A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi instituída pela Lei 5.851, de 7/12/1972, e seu estatuto decretado em 26/4/1973, estando ligada ao Ministério da Agricultura (MAPA). Dentre as suas finalidades destaca-se “promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologias para o país” e “dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola”. Nesse sentido, ela é destaque, no caso do queijo jaguaribano. Este trabalho é um recorte do segundo capítulo da tese de doutorado, intitulada “Consumo da tradição: a inserção do Queijo Coalho de Jaguaribe (Ceará) no mercado de produtos artesanais (1970-2010)”. Em âmbito geral procuramos entender o processo no qual produtores de queijo artesanal do município de Jaguaribe-CE, passaram/passam, desde as últimas décadas do século XX, em busca de adaptar suas produções às chamadas “Boas Práticas de Fabricação”, e como utilizaram/utilizam a perspectiva da “patrimonialização” do “saber-fazer” como elemento distintivo no mercado dos produtos artesanais.

Palavras-chave: Instituições. Queijo coalho. Objeto patrimonial.

EMBRAPA, INPI AND QUEIJARIBE: FORMATION AND GUIDELINES FOR THE PRODUCTION AND COMMERCIALIZATION OF COALHO CHEESE FROM JAGUARIBE

ABSTRACT: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Brazilian Agricultural Research Corporation) was established by Law 5.851, dated 12/7/1972, and its statute was decreed on 26/4/1973, being linked to the Ministry of Agriculture (MAPA). Among its purposes is to "promote, stimulate, coordinate, and carry out research activities, with the aim of producing knowledge and technology for the country" and "provide technical and administrative support to Executive Branch organs, with formulation, guidance, and coordination of science and technology policies in the agricultural sector. In this sense, it stands out in the case of Jaguaribano cheese. This paper is a section of the second chapter of the doctoral thesis entitled "Consumption of tradition: the insertion of the Queijo Coalho de Jaguaribe (Ceará) in the artisanal products market (1970-2010)". In general, we seek to understand the process in which artisanal cheese producers in the municipality of Jaguaribe-CE, have gone through, since the last decades of the twentieth century, in search of adapting their productions to the so-called "Good Manufacturing Practices", and how they used/use

¹ Tese defendida no Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, com área de concentração em História Social da Cultura, sob orientação do Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses, Belo Horizonte, 2016.

² Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1998); Mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (2004) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Atualmente é docente do curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM-UECE). Coordenadora do Subprojeto Residência Pedagógica do curso de História da Fafidam. Email: ivaneide.ulisses@uece.br



the perspective of "patrimonialization" of the "know-how" as a distinctive element in the artisanal products market.

Keywords: Institutions. Curd cheese. Heritage object.

1 Introdução

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi instituída pela Lei 5.851, de 7/12/1972, e seu estatuto decretado em 26/4/1973, estando ligada ao Ministério da Agricultura (MAPA). Dentre as suas finalidades, temos:

promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País;
II - dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola (Lei 5.851, de 07/12/1972).

Na prática, com a criação da EMBRAPA, a pesquisa na área agrícola deixava de ser responsabilidade do MAPA e era entregue a um órgão específico, uma nova empresa de direito privado. A EMBRAPA é destaque, no caso do queijo produzido na cidade de Jaguaribe³, interior do Ceará. Nesse sentido, o percurso deste texto passa pela apresentação do contexto de fundação da EMBRAPA em 1973, período que coincide com a perspectiva internacional e local de uma retomada da discussão de noções de popular e artesanal versus erudito/folclore e industrial. Alçamos ainda, os anos presentes com a discussão do Projeto de Lei “Estatuto do Artesão” (3.926/04 que foi objeto de debate em outro subponto da tese).

O texto analisa, por fim, o léxico estatal ante ao conceito de artesanal. Em razão disso, no decorrer dele, apontamos a emergência do Estatuto do Artesão (3.926/04) como marco institucional que, a nosso ver, demonstra uma linguagem circundante das ações de agentes públicos, tanto da área da cultura como de setores como os da EMBRAPA, INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a QUEIJARIBE (Associação dos Produtores de Leite e Derivados de Jaguaribe). Um vocabulário articulado com o contexto proativo das instituições no debate que envolve/envolve a produção queijeira cearense, em particular a de Jaguaribe.

³ Jaguaribe é um município do interior do Ceará, que fica a 134,4 Km da capital Fortaleza.

2 A implantação da EMBRAPA e a invenção de um mercado artesanal

Em uma obra memorialística, José Ireneu Cabral, primeiro presidente da EMBRAPA, relata o processo da pré-fundação da empresa, demonstrando articulação da criação da instituição com um movimento para além da produção nacional. Interessou-nos a fundação da empresa por se colocar no quadro contextual das mudanças propostas aos produtores queijeiros, e acreditamos no inter-relacionamento dos fatores e motivações.⁴

José Ireneu Cabral estivera até 1972, um ano antes da criação da EMBRAPA (1971), ou melhor da criação do grupo de formulação da EMBRAPA, trabalhava na cidade de Washington (EUA), primeiro como Diretor do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola – CIDA; e depois, na chefia da área de agricultura do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (CABRAL, 2005, p. 37). Portanto, o grupo de trabalho que implementou a instalação da EMBRAPA já se organizara para que os projetos se articulassem com as políticas do BIRD.

Importante o destaque dado por José Ireneu Cabral ao evento realizado em abril de 1964, em Punta Del Este, Uruguai, de onde foram lançadas as bases de uma reforma no setor agrário que entraria como prioridade do Grupo do CIDA. Tais bases foram focadas na noção de maior desenvolvimento de uma agricultura para a América Latina e região do Caribe, na perspectiva da pesquisa aplicada ao setor que levaria a um modelo de maior eficiência. A reunião em Punta Del Leste fora proposta do Presidente J. Kennedy, e lá fora criada o que denominaram de Aliança para o Progresso (CABRAL, 2005, p. 37).

Ao evento compareci como delegado brasileiro, à época do Presidente Jânio Quadros. Realizamos vários estudos sobre a investigação agropecuária na América Latina, quando aprendi muito sobre o tema de pesquisa agrícola. Na volta ao País fui encarregado de chefiar o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, em Brasília. Por dever do ofício, meu primeiro contato oficial foi com o Ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima, a fim de consultá-lo sobre que tipo de cooperação técnica e, em que área, gostaria de receber apoio do IICA. Após algumas considerações, o Ministro assinalou que as orientações que estava adotando à frente do Ministério eram de atribuir prioridade às atividades das *commodities* tradicionais: café, algodão, cana e cacau. Destacava, entretanto, a necessidade do fomento da produção de grãos, da fruticultura e do desenvolvimento florestal (CABRAL, 2005, p. 38).

⁴ O livro memória de José Ireneu Cabral (2005) nos pareceu fundamental, pois traça a trajetória do autor no recorte temporal em meio aos estudos, reuniões, acordos para a constituição da EMBRAPA, assim como no período desde o início da consolidação da empresa. Na narrativa memorialística foi possível identificar as principais referências de trabalho naquele momento para a EMBRAPA, e a importância de o autor estar no período executando funções em Washington (EUA), entre 1964 e 1972, quando na capital estadunidense foi diretor do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola – CIDA-, e chefiou a área de agricultura do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. (CABRAL, 2005).



A Portaria nº 143 (18/04/1972) aponta José Ireneu Cabral, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, entre aqueles que preparariam as diretrizes e metas para a criação da Empresa de Agropecuária, assim como o MAPA na pessoa do senhor Otto Lyra Schrader, Diretor da Divisão de Pesquisa Fitotécnica do DNPEA (Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária) – Ministério da Agricultura.

O grupo de trabalho recebeu a incumbência do então ministro para realizar um diagnóstico da situação agrícola do País e propor soluções práticas a curto e médio prazo. O relatório foi denominado “Livro Preto”.

O Relatório Final do Grupo de Trabalho, denominado “Sugestões para a Formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária”, passou a ser chamado de “Livro Preto”, pois tinha uma capa de cartolina negra. Foi a única cor que a Secretária Yonice Venâncio encontrou na hora de encaderná-lo. Ressalto, aqui, que este relatório histórico deveria ter sido publicado completo pela Embrapa, como parte da Memória da Instituição. O chamado “Livro Preto” transformou-se em um relatório estratégico para justificar e apoiar as decisões governamentais no processo de reformulação da pesquisa agrícola brasileira (CABRAL, 2005, p.42).

No “Livro Preto” continha ideia geral das intenções dos fomentadores da EMBRAPA, que acreditavam serem necessárias mobilização e ações pragmáticas para o que era sentido pelo grupo como algo que iria romper com tudo que havia sido realizado enquanto política de desenvolvimento para o campo no Brasil. O documento demonstra a leitura de conjuntura daquela geração a respeito dos preceitos mundiais no que refere a uma ideia de desenvolvimento econômico e o esforço de adequar o País àquela situação. Entre as diretrizes postas no “Livro Preto”, que se coadunam com o que estamos analisando, salientamos a junção investimento em pesquisa e desenvolvimento econômico do campo, quando um dos principais objetivos postos seria “ajustar a pesquisa agropecuária aos objetivos e metas centrais do Governo previstos no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social” (CABRAL, 2005).

Dar ênfase à industrialização colada na noção de desenvolvimento da produção de alimentos com a ideia de cidade se contrapondo ao campo não foi uma invenção das décadas da Ditadura Militar (1964-85), tampouco solução unicamente brasileira. A perspectiva já a encontramos nas primeiras décadas do século XX. Nas palavras de Barcelar:

Nos anos 20, (Brasil) era um país rural e agrícola. O censo de 1920 revelava que 30% da população brasileira vivia nas cidades e 70%, no campo. Cinquenta anos depois, ocorria o inverso – 70% nas cidades e 30% no campo. Até 1930, a economia do Brasil era uma economia agrícola. Em 1980, o Brasil tinha o oitavo PIB industrial do mundo. Depois dos



sete grandes, o oitavo era o Brasil. Isto nos dá uma ideia da mudança de perfil na sociedade e na economia em meio século (BARCELAR, 2003, p. 1).

O Brasil, no século XX, foi cenário de mudanças em sua estrutura social e econômica, no que se convencionou chamar de “globalização” baseada em um modelo em que a “Cidade” é o alvo dos imaginários e também das ações do Estado. “Cidade” (sociedade) em que as migrações, em boa medida, representam transferência da população pobre do campo. Esse processo de globalização se acelerou nas décadas de 1970 e 1980 e firmou-se na contemporaneidade. É importante destacar que

[...] a globalização não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las; por isso, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores (CANCLINI, 2010, p.11).

O mercado artesanal, “invenção” narrativa, passa a existir como parte de um todo da globalização, um “lugar” na economia. Enquanto operação intelectual, cria uma unidade que se quer fortalecida em uma organização para além de econômica, ou seja, surge também como instâncias social e cultural e procura uma forma de parecer comunitária. É uma invenção narrativa, no sentido de que o cenário é o da contradição social e do desmantelamento do comunitário, diante da sociedade contemporânea em que as identidades são individuais, sujeitos que se aliam em relações de interesses pontuais, imediatos. Os sujeitos travam suas relações de modo contratual e no limite do social e culturalmente aceitável para si e, necessariamente, no campo do que seja melhor enquanto comunidade.

No mercado distintivo, como um polo regional, como resultado mais de processos políticos do que de uma demanda comercial, em igual tempo, os sujeitos do processo de globalização pressionam para dissolução de fronteiras em favor de uma centralização econômica mundializada, ao mesmo tempo em que trabalham a distinção de produtos, a criação de nichos ditos comunitários, típicos. Combinar movimentos tão díspares só é possível com aceitabilidade dos sujeitos dos nichos de uma realidade relacional formada como comunidade de interesse que ultrapassaria a ideia de produção local. Os atores sociais do nicho são pensados como representantes de um mercado maior, no caso o de produto artesanal global.

A EMBRAPA participou de um projeto de mundialização da economia brasileira, iniciado junto ao processo conhecido na historiografia como desenvolvimentista. Nesse cenário de “mundialização” surgiram duas instituições que colaboraram com a formação da EMBRAPA: o BIRD (Banco Mundial para o Desenvolvimento), com forte investimento financeiro, e a UNESCO



(Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). A partir delas podemos perceber qual o contexto globalizado em que o “artesanal” ganha aspectos positivos de um polo de mercado distinto.

Criada em 1973, a perspectiva dos formuladores/fomentadores da EMBRAPA estava de acordo com a conjuntura da Ditadura Militar e, em particular, com o governo Médici, autoritário e torturador. Segundo Fernando Henrique Cardoso (1975): “O regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em quaisquer outros terrenos [...]” (APUD DELORME, 2003, p. 228). Luiz Carlos Delorme Prado & Fábio Sá Earp complementam a ideia de Fernando Henrique Cardoso:

[...] problema do governo (dos governos militares) era superar o subdesenvolvimento de forma a reduzir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. Para alcançá-los até o fim do século XX, precisaria crescer pelo menos 7% ao ano, incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasadas ao núcleo mais moderno da economia (DELORME e EARP, 2003, p. 221).

A disposição do grupo era de buscar transformar as condições de produção e a bandeira era a da modernização, tendo como carro-chefe a tecnologia, a necessidade do aprimoramento, assistência técnica, e, coerentemente, no dia da posse da Diretoria Executiva da empresa, em sua primeira reunião, decidiu-se por executar um projeto de treinamento com 2.000 pesquisadores com pós-graduação.

As finalidades da empresa elencada, por certo, estavam de acordo com o pensamento dos responsáveis pelo Banco Mundial, pois a agência esteve entre as principais financiadoras da implantação, instalação e estruturação da EMBRAPA, como atesta relatório apresentado ao Banco Mundial pelos técnicos da EMBRAPA em 1985. Vejamos um trecho:

[...] Projeto 1249-BR, financiada pelo Banco Mundial, e mais conhecida na EMBRAPA como BIRD 1, os recursos foram orientados basicamente para investimentos físicos (edificações, laboratórios, equipamentos *etc.*), treinamento de recursos humanos e contratação de consultores estrangeiros. A contrapartida nacional foi dada pela EMBRAPA através de recursos ordinários da União, convênios, empréstimos nacionais e receitas próprias. Essa contrapartida cobriu as despesas com pessoal (mais da metade do orçamento da Empresa), outros custeios (material de consumo, viagens, serviços de terceiras *etc.*) e outros investimentos não contemplados no BIRD1. (CRUZ, 1985, p.9)

Segundo o relatório de Cruz e Dias:

Durante o período de duração do Projeto (1977/82), o BIRD, através da EMBRAPA, aplicou na pesquisa agropecuária Cr\$ 7,4 bilhões a preços de 1982, a que corresponde cerca de 13% da totalidade de investimentos realizadas pela Empresa nas áreas de abrangência do BIRD. (CRUZ, 1985, p. 9)

O investimento em pesquisa agropecuária atendia à diretriz posta pelo grupo de trabalho que já realizara discussões para constituição das políticas agrícolas a partir de prévios diagnósticos, como, por exemplo, o levantamento do número de pesquisadores capacitados existentes no País naquele momento.

[...] nível superior com formação especializada e treinamento de pós-graduação. À época, o número de pesquisadores agrícolas de todo o país limitava-se a 1.920, enquanto nos Serviços de Extensão e Assistência Técnica Rural alcançava 2.418. Acrescente-se que dos 851 técnicos do DNPEA –Ministério da Agricultura, apenas 93 pesquisadores (ou seja, 10,9%) tinham curso de pós-graduação (ORTEGA, 2005, p. 41).

As diretrizes para formação da EMBRAPA podem ser sintetizadas nos vocábulos: “pesquisa”, “tecnologia”, “adequação do mercado interno” ao “mercado externo”. Para implantação e consolidação do projeto, ao longo dos anos 1970 e 1980 se deu a implantação de unidades da EMBRAPA para pesquisa e desenvolvimento dos produtos do campo.⁵

José Ireneu Cabral (2005) discorda totalmente da afirmativa de que o modelo de 1970 tenha sido objeto de afastamento de setores da atividade agrícola. Discorre no livro sobre como a Diretoria Executiva da empresa trabalha com a filosofia de decisões em torno de avaliações e projeções somadas a transparências para cumprir um cronograma de medidas para o desenvolvimento da área rural do País. Medidas e diretrizes que traziam áreas consideradas por muitos como inviáveis para intuito agrícola como a Região Nordeste, o Cerrado e o Amazonas. A crença era de que se baseando em pesquisa, em boa pesquisa, poder-se-ia melhorar.

A associação entre modernização e tecnologia se impunha desde pelo menos a década de 1930, pelos EUA, com o seu desenvolvimento técnico ligado à guerra e se somando a outras pesquisas não bélicas, como no caso das investigações na área de produção de alimentos – “Revolução Verde”. Segundo Antônio César Ortega, a tecnologia posta como elemento provocou mudanças de fato:

[...] ofertaram maior quantidade de produtos agrários e, de outro, às indústrias processadoras obterem maior padronização de matéria-prima. Esses avanços resultaram na

⁵ Centros Nacionais: Feijão e Arroz – Goiânia (GO); Milho e Sorgo – Sete Lagoas (MG); Horticultura – Brasília (DF); Mandioca e Fruticultura Tropical – Cruz das Almas (BA); Trigo – Passo Fundo (RS); Soja – Londrina (PR); Fruticultura de Clima Temperado – Cascata (RS); Gado de Leite – Coronel Pacheco (MG); Gado de Corte – Campo Grande (MT); Caprinos – Sobral (CE); Suínos e Aves Concórdia (SC); Algodão – Campina Grande (PB) (CABRAL, 2005, p.91).



incorporação de novas regiões ao comércio internacional: áreas não tradicionais na produção de certas culturas, mas que, com ousos de sementes melhoradas e a adoção do novo pacote tecnológico, passaram a disputar e ocupar espaços no mercado internacional [...] (ORTEGA, 2005, p. 35).

Segundo Sônia Regina Mendonça (2013), com a EMBRAPA se fortalece a ideia de pesquisa como centro para o desenvolvimento do agronegócio. Se a ideia não era inédita, tem-se como elemento novo a própria instituição da empresa como um mecanismo que deveria ser “neutro” em relação à política partidária, atuando de acordo com diagnóstico e planejamentos propostos não por setores políticos, mas por acadêmicos. Dessa forma, a pesquisa objetivaria o aumento da produtividade, pensada como solução para fim do atraso nas atividades no campo.

Segundo, ainda, Sônia Regina Mendonça (2013), o modelo posto em ação pela EMBRAPA enfatiza desde seu início a produção do grande produtor em detrimento do pequeno produtor, assim como o mercado externo em detrimento do interno. E as estruturas da propriedade, como também os objetivos de suas produções, desempenham papéis importantíssimos nas definições de disputas entre grupos e interesses na política agrícola.

Antônio César Ortega (2005), critica os moldes de 1970 escolhidos pela EMBRAPA, ainda presentes na atualidade. Para o autor, a imposição de modelos criados de acordo com o comércio internacional gerou um quadro dinâmico de lutas no meio rural, devido às profundas transformações após o que denomina de modernização conservadora no campo. O modelo de 1970, ainda para Antônio César Ortega (2005), bem como para Sônia Regina Mendonça (2013), afastou as políticas públicas agrícolas das pequenas propriedades rurais, e os pequenos produtores foram identificados como “responsáveis” pelo fraco desenvolvimento agrícola. Ideia essa recorrente na narrativa histórica sobre a República brasileira voltada para a monocultura com produtividade baseada em grandes extensões de terra.

Na realidade, a história do Brasil Republicano está envolta de demandas por distribuição, produtividade e representações políticas desiguais para com os seus cidadãos. As escolhas das elites ao longo do tempo no Brasil pelo latifúndio é historicamente uma regra e faz com que a maioria das pessoas atravesse o século XX empobrecidas no limite de representações de mundos dispares: o rural e o urbano, letrado e analfabeto. Já entre 1891 e 1930 (Primeira República), a perspectiva do latifúndio era tratar sobre a ideia de melhoria técnica em busca do desenvolvimento e modernização que excluía a vertente econômica e social. Tal lógica seria mantida no período iniciado com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com acréscimo da verticalização no que



concerne ao controle das decisões, diretrizes de produção e organização dos interesses, representações sob controle do Estado.

As diretrizes e objetivas da EMBRAPA se constituíram em consonância com os do Banco Mundial. E chamamos a atenção ainda para o fato de que o sucesso da EMBRAPA, no que concerne a sua forte presença na área agrícola, é resultado da vontade política do Estado brasileiro. A produção agrícola é uma das áreas em que a história do Brasil registra sempre como objeto de disputas, seja como objeto de desejo, seja pelo controle das políticas do Estado para com sua produtividade. Então, não é surpresa que a EMBRAPA, com a perspectiva de ser fomentadora de desenvolvimento para as atividades agrícolas, tenha estado presente nas agendas de diferentes governos ao longo de sua trajetória, daí a considerarmos como estratégica na política agrícola do País.

Outra instituição importante demarcar no texto, o INPI, assim como a EMBRAPA, foi criado nos anos 1970. Inicialmente tinha papel cartorial, e com o tempo passou a assumir tarefas na concepção de modernização do País, trazendo os marcos a função de proteção intelectual e montagem de instrumentos de capacitação pensada com a noção de competitividade.

No que se refere à cooperação institucional, o INPI procura consolidar seus laços com as principais instituições do Sistema Nacional de Inovação – associações empresariais, federações, universidades, agências de desenvolvimento. Com a Confederação Nacional da Indústria, o INPI busca a efetiva participação das empresas brasileiras nos programas de capacitação relacionados à propriedade intelectual. Voltada às micro e pequenas empresas, a parceria com o SEBRAE tem semostrado o melhor caminho para o incentivo às produções locais.⁶

No que se refere à produção local e o INPI, temos a IG – Indicação Geográfica – atribuição do INPI sob comando da Diretoria de Contratos de Tecnologia de Outros Registros e sua coordenação. A atribuição da IG para o INPI é regulamentada na Lei de Propriedade Industrial, Lei n.º 9.279 (14/05/1996). A ampliação das funções do INPI e a formulação da lei da IG (Indicações Geográficas) decorreram do fato de o Brasil ser signatário da CUP (Convenção da União de Paris), que são o Acordo de Madrid sobre Indicações de Origem e o Acordo sobre os Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio (ADPIC ou TRIPS, em inglês), tendo, via de consequência, o dever de proteção das Indicações Geográficas.⁷ O INPI, além de realizar os procedimentos para regular a IG, também executa tarefas diretamente de assistência e prestação de

⁶ Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 01/01/14.

⁷ Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 01/01/14



serviços aos interessados no tema, a exemplo do que se deu com a presença de representantes em eventos em Fortaleza ligados à produção queijeira.

A Lei de Propriedade Industrial, Lei Nacional n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, não define o que é Indicação Geográfica, estabelecendo apenas suas espécies, a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. Inexiste hierarquia legal entre elas, sendo possibilidades paralelas à escolha dos produtores ou prestadores de serviços que planejam buscar esta modalidade de proteção, atendidos os requisitos da lei e de sua regulamentação. No entanto, o INPI conceitua IG como identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a esta sua origem particular. O INPI classifica em espécies a IG, que são:

A **Indicação de Procedência – IP** é caracterizada por ser o nome geográfico conhecido pela produção, extração ou fabricação de determinado produto, ou pela prestação de dado serviço, de forma a possibilitar a agregação de valor quando indicada a sua origem [...]; e A **Denominação de Origem – DO** cuida do nome geográfico “que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico [...]”.⁸

A prestação de serviços do INPI inclui a premissa do associativismo como regra para o exercício do direito ao uso exclusivo do nome geográfico na sua atividade econômica. Afasta a sua exploração individual, salvo quando inexistem outros produtores ou prestadores de serviço que possam se valer do nome geográfico, podendo este único apresentar o pedido pessoalmente, prescindindo de se fazer representar.

No “*I Encontro da Cadeia Produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: Indicação Geográfica, qualidade e segurança*”, em novembro de 2009 (na sede da Embrapa/Fortaleza), a representante do CIG\MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), Bivanilda Almeida Tapias, explicou para um auditório de técnicos e produtores de queijo e leite do Ceará a importância para o Ministério de ações das certificações. Bivanilda Almeida Tapias (2009) apontou como mecanismos de proteção para o produto de origem agropecuária as “marcas”, “marcas coletivas” e “indicação geográfica”. Chamou tais modalidades de “sinais distintivos” que servem para diferenciar os produtos diante do consumidor, a partir de méritos higiênicos, técnicos, gustativos, etc.

Basicamente as Marcas e as Indicações Geográficas. As Indicações Geográficas trabalham sempre de forma coletiva: associações, comitês, cooperativa... uso coletivo daquele sinal... Indicação geográfica – origem e características próprias devida a esta origem geográfica que se torna diferente de outras regiões. O consumidor trata o produto pelo nome geográfico. Os produtores têm direito a ter reservado o nome para si... Consagrado

⁸ Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 01/01/14

pelo uso, renome. Notoriedade... protege o nome geográfico. Procedência – com notoriedade. Origem fatores naturais e manejo (TAPIAS, 2009).⁹

Continua Bivanilda Almeida Tapias com a informação:

Ministério da Agricultura, o MAPA, trabalha com indicação geográfica desde 1995... A União Europeia tinha uma lista de mais 500 produtos e o Brasil não tinha nenhum... a IG para produtos agropecuários são incentivados pelo MAPA. Trabalha com INPI para ver as condições de registro, assim como em parcerias com, por exemplo, o SEBRAE, a EMBRAPA, universidades alocando recursos, convênios e articulações para que os projetos aconteçam (TAPIAS, 2009).

O grupo da EMBRAPA se interessa em potencializar os rumos definidos e almejados pelo MAPA. Essa potencialização centra-se, sobretudo, nas certificações e, assim, a produção leiteira e de seus derivados são produtos escolhidos nessa conjuntura, e contribuem para a sua fomentação.

Empecilhos como as barreiras tarifárias e garantias no que se refere à qualidade tanto na fabricação como na comercialização fazem com que os órgãos do governo e as instituições envolvidas criem mecanismos e metodologias de acompanhamento de parte da produção percebidas em muitos casos por fabricantes como fora de seus alcances financeiros.

3 “Leite Bom é Queijo Bom”: A produção do queijo artesanal em Jaguaribe/CE

A produção artesanal de queijos participa significativamente das economias locais, que o digam os municípios do Estado do Ceará. Nesse sentido, a Embrapa tem como objetivo contribuir com tecnologias, com levantamentos relativos às técnicas de processamento, beneficiamento e nas sugestões de reestruturação de queijarias. Aliás, produção de leite e produção de laticínios funcionam juntas no que concerne ao melhoramento de ambos os setores.

De acordo com relatório contido em um Boletim da EMBRAPA de 2001, o Estado do Ceará tinha na época em torno de 96.000 produtores de leite, com uma produção anual de 294 milhões de litros (IBGE, 2001). Juntamente com Bahia e Pernambuco, o Ceará é um dos maiores produtores de leite na região Nordeste. A produção de leite originária de estabelecimentos cuja atividade principal é a pecuária constitui-se em 70% do total. Outra importante característica é que a pecuária de leite no Estado do Ceará também está concentrada em propriedades com área total entre 10 e 500 hectares,

⁹ Lei Nacional n.º 9.279, de 14 de maio de 1996. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 01/01/14.



produzindo 66% do total. Porém, os estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares contribuem com 10% da produção. O que indica que esse grupo de pequenos produtores tem relativa importância para a pecuária leiteira do Estado (NASSAU, 2001, p. 9).

As metas da EMBRAPA/Ceará para a produção leiteira do Estado podem ser entendidas pelas noções encontradas no “Glossário Pecuário” (sem data), que alia a criação animal, produção do leite, produção dos derivados do leite e culmina na comercialização. Vejamos a primeira delas, que na realidade é definir o projeto de sustentabilidade da terra aliada à ideia de aumento de produtividade. No caso do Ceará, a “Pecuária Caatinga” estuda a emissão de gases de efeito estufa e emissão de gás carbônico nos sistemas de pastagens.

De acordo com Glossário Pecuário (sem data), a Rede Pecuária é uma rede de pesquisa composta por projetos que avaliam o balanço entre as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e os sumidouros ("sequestro") de carbono dos vários sistemas de produção da pecuária, inseridos nos principais biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, em busca de uma pecuária sustentável, pautada pelos aspectos econômico, social e ambiental.

Os diversos processos relacionados com emissão e mitigação dos GEE são avaliados seguindo protocolos de pesquisa padronizados e previamente acordados, que contemplam o conjunto solo-planta-animal-atmosfera, para gerar o balanço de carbono dos sistemas melhorados, em comparação com a pastagem tradicional e a vegetação nativa. São avaliados sistemas extensivos e intensivos de produção de pasto, de integração lavoura-pecuária, silvipastoril, agrossilvipastoril e confinamentos, para produção de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, suínos e aves, e tratamento de dejetos animais.

A rede é composta por várias unidades da Embrapa, Universidades e outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais, com apoio de agências de fomento à pesquisa e da iniciativa privada. Noções outras se aliam ao projeto definido no Glossário Pecuário (TELLES, sem data, p. 14), a exemplo de “pecuária sustentável”, definida como um conjunto de práticas para a criação de animais, baseadas em técnicas que reduzem os danos causados à natureza. (TELLES, sem data, p. 13); como também de “socioeconômica”, setor do conhecimento preocupado em estudar o impacto das atividades desenvolvidas no ambiente, considerando a relação social e econômica de produção. (TELLES, sem data, p. 16)

No entanto, as dificuldades são muitas para que os produtores possam adquirir condições de manutenção da qualidade. Os aspectos de higiene apresentados muitas vezes esbarram na realidade dos criadores, produtores, como bem lembra o trecho da pesquisa apresentada em Simpósio da área:



Como em outros países da América Latina, no Brasil a pecuária bovina é baseada principalmente em pastagens, constituídas, em sua maioria, pela monocultura de gramíneas, estabelecidas após o desmatamento de floresta ou em substituição a outros tipos de vegetação nativa. O manejo inadequado tem sido uma das principais causas de degradação dessas pastagens, acarretando sérios prejuízos econômicos e ambientais. (MOREIRA e ARAÚJO, 2006, p. 2)

As noções estão dentro das metas desejadas por técnicos e por produtores que acreditam que o investimento na pecuária do leite está para além do animal em si. São desejosos de acompanhamento desde o comportamento com o animal, o pasto (nutrição: forrageira) e manejo sanitário com maximização dos resultados econômicos.

Em Palestra “Custo Benefício da Prevenção de Doenças em Bovinos de Leite” dirigida aos produtores presentes ao V Festival do Queijo de Jaguaribe de 2010, o pesquisador João Júnior Gualberto assinalou aspectos a serem observados no trato com a produção do leite no que diz respeito à higiene, tais como leite sem água e sem antibióticos. Porém focou no aviso, determinante para o palestrante, de que o maior causador de doenças no animal são as mãos dos tratadores.

O Sr. Antônio Carlos de Freitas, produtor de leite de Jaguaribe, salientou os aspectos de higiene necessários à cadeia produtiva do queijo artesanal:

Queremos reunir os produtores de leite e queijo e apresentar a ideia sem o leite pasteurizado, mas com aqueles cuidados higiênicos desde o animal até a fábrica do queijo. Isso não tem quem tire. Você tem que ter higiene para ter um produto de boa qualidade, um leite de boa qualidade, consequentemente um queijo de boa qualidade (FREITAS, 2011).

As instituições são pensadas pelo Sr. Antônio Carlos Freitas como agentes de transformações e melhorias para a cadeia produtiva do queijo jaguaribano. No que concerne à higiene e qualidade, ao ser perguntado sobre que tipo reunião e as quais grupos ele se refere, diz-nos:

SEBRAE, EMBRAPA. Porque nós estamos com apoio deles. UECE, UFC. Têm vários órgãos imbuídos com a gente para a melhoria. Desde o início o SEBRAE vem nos acompanhando, vem nos dando essa força, através de intercâmbio, de viagem. Nós já viajamos para participarmos de festival de queijo. Nós participamos na Paraíba, no Rio Grande do Norte. Aqui no Ceará, por exemplo, Quixeramobim. Toda vida o queijo de Jaguaribe, quando não se destaca em primeiro, tá em segundo lugar. Primeiro, segundo, terceiro lugar. O melhor queijo no estado do Ceará (FREITAS, 2011).

A produção de queijo artesanal do Ceará tem sido alvo das atividades da EMBRAPA e do SEBRAE desde a última década do século XX:



A quantificação da produção artesanal não consta em estatísticas oficiais; no entanto, sabe-se da existência de numerosas unidades de produção caseira e de fazendas produtoras, sendo possível afirmar que a maioria dos queijos de coalho elaborados nos estados nordestinos têm sua origem ligada à fabricação artesanal. A produção rural de queijo de coalho participa consideravelmente na economia, sendo extremamente expressiva na formação de renda dos produtores de leite, principalmente daqueles que não têm acesso às usinas de beneficiamento. (NASSAU & ARAÚJO, 2001, p. 10)

O Anuário do Estado do Ceará de 2013 registrou o projeto de melhoria da produção, processamento e comercialização do queijo de coalho artesanal como relevante para a melhoria da condição de vida de famílias de baixa renda. O anuário foi certificado em 2013 pelo Banco do Brasil como “tecnologia social”, chamada desse modo porque o foco é capacitar os produtores no que se refere às “boas práticas” agrícolas como higiene no momento da ordenha, evitando o desperdício de água.

Podemos questionar e relativizar a ideia de sucesso de Cabral (2005) ou dos técnicos e agentes da EMBRAPA na contemporaneidade, mas não podemos deixar de observar que as pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA e por seus parceiros vêm, ao longo de sua trajetória, alicerçando tecnicamente a produção rural brasileira, e com isso promovendo modificações que vão além das tecnológicas. Incluímos no “rol” de modificações de influências da EMBRAPA, por exemplo, as correlações de forças e representações de interesses no setor de produção de alimentos no País. Afinal, o diagnóstico e projetos desenvolvidos pela empresa são esperados e desejados pelos produtores rurais, sempre disputados.

Essa espécie de associativismo não comunitário fica muito evidente, por exemplo, no trabalho desenvolvido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Voltado para o apoio às micro e pequenas empresas, o perfil de associativismo do SEBRAE, referência nas parcerias de melhoria da produção do queijo artesanal, se molda ao planejamento empresarial, buscando tomar decisões estratégicas via pesquisa por demanda, fabricação e comercialização em torno do mercado. Portanto, tem-se um associativismo não conexo à comunidade de pertença no modelo cultural de tradição, mas como modos de empreendedorismo.

No movimento posto, a produção artesanal do queijo em questão, a “tradição” se torna elemento decisório para o perfil do negócio na visão de empreendedorismo. Em diferentes documentos da Instituição, o empreendedor é designado como “o indivíduo” com iniciativa própria e não como elemento de um grupo. A nosso ver, isso talvez explique um pouco do resultado do levantamento realizado pelo SEBRAE em 2014, sobre os motivos daqueles que não buscam apoio de instituições para seus negócios. No caso do Nordeste do Brasil (existem documentos para todas



as regiões do País), 19,1%, alegam a falta de conhecimento e 21,7%, a falta de tempo. Chamaram-nos bastante a atenção os outros dois motivos alegados, quando 64,8% das cifras demonstram que produtores não têm necessidade ou interesse de apoio de instituições em seus negócios.¹⁰

Quem sabe a falta de interesse ou a não necessidade apontada por diferentes setores da produção seja uma atitude que visa resistir a um modo de pensar e trabalhar as relações econômicas na contemporaneidade. Novamente, o Sr. Antônio Carlos de Freitas, produtor de leite e vice-presidente da QUEIJARIBE na ocasião da entrevista, nos descreve as intenções da criação da associação e demonstra parte da decepção, no que condiz com as expectativas da criação e as possibilidades de negócios com a formação da associação de Jaguaribe:

A associação se iniciou da necessidade de nós produtores de leite e produtores de queijo [...] Pra quê? Nos reunimos para termos mais força para barganhar valores que viessem somar com o nosso produto, no caso, o leite e o queijo. Mas nós chegamos no ponto que...a associação, nós que já temos 4 anos de fundação [se refere ao ano de 2009]. Nós chegamos a um ponto que a gente não faz mais nada. Por quê? Porque associação não pode vender e nem pode comprar. É uma lei que existe que não permite que associação negocie sem CNPJ. O que pode acontecer? É os associados negociar com seus próprios nomes. Não podem usar o nome da associação. O que nós estamos imbuídos? Em fundar uma cooperativa. A cooperativa tanto recebe benefícios como pode negociar, pode comprar, pode vender. E tem mais espaço pra gente. Mês passado nós tivemos uma reunião com o presidente das cooperativas do estado do Ceará [...] e agora [...] faremos outra reunião com os sócios em que ele vem explicar realmente o que é associação, o que é uma cooperativa (FREITAS, 2009).

Em harmonia com a lógica do associativismo, criou-se a Associação de Produtores de Queijo e Leite do município de Jaguaribe no Ceará, a QUEIJARIBE. A Associação conta atualmente com a sistemática de funcionamento de uma reunião ao mês com os associados. A QUEIJARIBE nasceu do assessoramento da EMBRAPA e SEBRAE em 2005.¹¹

A associação conta com 84 sócios entre produtores de leite e queijo. A ideia da associação parecia ousada. Segundo os sócios, ideia ambiciosa, mas com a presença da associação foi percebido um maior apoio das autoridades com as instituições parceiras, e no presente eles buscam a possibilidade da diminuição de custos da produção e aumento das vendas com ampliação de mercado. Como o Sr. Antônio Carlos de Freitas discorre, no futuro é preciso buscar a formação de uma cooperativa.

¹⁰ Tabela 1.7.2 – Distribuição dos empreendedores segundo os motivos que os levaram a não buscar órgãos de apoio – Região Nordeste – 2014. IN: Empreendedorismo na Região Nordeste do Brasil. SEBRAE & IBQP & FGV. 2014, p. 12.

¹¹ Ata de Fundação da QUEIJARIBE data de 29 de Junho de 2005.



Por sua vez, por um lado, os negócios não rendem a contento dos associados, por outro, a “QUEIJARIBE” tem sido uma importante articuladora nas implantações de mudanças no que se refere aos fatores físico-químicos, microbiológicos e sensoriais do queijo, como também das mudanças físicas das queijarias. Há, ainda, as parcerias com instituições, criados espaços como os dos festivais de queijo, cursos de capacitação e de apreciação da iguaria e outros eventos para aprendizagem e troca de experiências, entre produtores, empregados e técnicos.

A narrativa do Sr. Antônio Carlos de Freitas traz profunda relevância da implantação do associativismo para a lógica de sobrevivência do grupo de produtores e conquistas em torno de financiamentos, por exemplo, mas, sobretudo para uma participação maior, mais competitiva no mercado. A QUEIJARIBE faz parte de um conjunto de fatores necessários para a atuação conjunta do grupo de produtores de queijo local. Araújo indica condições necessárias para a estratégia participativa:

[...] algumas estratégias: Participativa, onde deve haver um aumento da cooperação e participação em todos os níveis do governo; Pactuação, criação de missão e visão, compartilhamento por todos reunidos em fóruns, conselhos e assembleias locais e regionais; Fomento, ao empreendedorismo, à liderança; Sustentabilidade, ações autossustentáveis, criação de empregos, políticas de distribuição de renda e emprego; Descentralização, ampliação e democratização do poder (ARAÚJO, 2010, p. 24).

A criação da QUEIJARIBE (2005) ocorre mais na ideia de empreendedorismo do que como elemento estratégico de defesa do tradicional. Uma instituição como a EMBRAPA participou da sua criação, guiou e ainda guia ações, mirando a produção queijeira de Jaguaribe na perspectiva do DLS -Desenvolvimento Sustentável Local. A empresa tenta articular as energias, criatividade, potencialidades de setores historicamente construídos como a da produção queijeira de Jaguaribe.

4 Considerações Finais

Tendo como referência o exposto, percebemos que a EMBRAPA trabalhou nos anos iniciais de sua criação em uma conjuntura de mudanças no cenário mundial capitalista, tais como: fortalecimento de multinacionais e transnacionais, aumento do mercado consumidor e, ao mesmo tempo, com a necessidade de lidar com as consequências das profundas crises econômicas, ambientais e aumento da desigualdade social. A EMBRAPA e seus parceiros, portanto, interferem na produção queijeira desde as últimas décadas do século XX, tendo como sucesso a internalização de suas ideias no período inicial do século XXI. Fato que vem, enquanto discurso, justificar

incentivos de políticas públicas para setores econômicos, postos historicamente no cotidiano do Estado do Ceará, como o do queijo coalho jaguaribano. Diretrizes fundamentais como a do DLS estiveram/estão postos na atuação da empresa:

Desenvolvimento local ou territorial sustentável e Agricultura Familiar são termos conexos, pois se referem a uma nova realidade que visa à transformação do espaço rural. O desenvolvimento territorial sustentável requer mudanças nas relações socioeconômicas, nas relações de política e na estrutura dinâmica da agricultura familiar (ARAÚJO, 2010, p. 18).

Diretriz fundamental, igualmente, que acompanha a inserção da EMBRAPA na cadeia produtiva queijeira é a necessidade de estabelecer padrão “Boas Práticas de Fabricação – BPFs, para uma fabricação que utiliza predominantemente o leite cru. Toda a concentração da Embrapa e parceiros pareceu-nos sempre voltados para despertar o empreendedorismo dos fabricantes de queijo. Para além das boas práticas, um elemento de fundamental importância para o sucesso do negócio “queijo coalho” é o que se verifica tanto na Lei do Artesão, como nas diretrizes do INPI: a união da produção tradicional do queijo jaguaribano com sua ligação como objeto cultural, patrimonial.

FONTES

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS. INRC 2000. IPHAN, MINC, 2000. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

TEXTOS ACADÊMICOS

OLIVEIRA, Otília Mônica Alves Borges *et al.* Ações de Pesquisa e de Desenvolvimento para Reconhecimento da Indicação Geográfica do Queijo Coalho de Jaguaribe – CE. In: *26º Congresso Nacional de Laticínios – Instituto de Laticínios Cândido Tosté*, 2010.

PINTO, Mércia de Vasconcelos. Identidade Cultural. In: *Palestra realizada durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA)* em 15 de julho de 2004, no Restaurante Estação 109, Comércio da 109 Sul, Brasília – DF.

Tabela 1.7.2 – Distribuição dos empreendedores segundo os motivos que o levaram a não buscar órgãos de apoio – Região Nordeste – 2014. IN: *Empreendedorismo na Região Nordeste do Brasil*. SEBRAE & IBQP & FGV. 2014, p.12.

TEXTOS DIDÁTICOS

Cartilha SEBRAE, 2008.

Boas Práticas Agropecuárias para Produção de Alimentos Seguros no Campo: *Elaboração de Manual de Boas Práticas Agropecuárias na Produção Leiteira*. Embrapa Transferência de Tecnologia Brasília, DF, 2005.

Projeto de Lei n. 3926 de 2004 – *Estatuto do Artesão* (do Sr. Eduardo Valverde)

SITES CONSULTADOS

INPI <http://www.inpi.gov.br>.

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico do Brasil. *Ceará - Jaguaribe - infográficos: dados gerais do município*. 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel..> Acesso em: janeiro de 2014.

Instituto Brasileiro Geográfico do Brasil, censo, 2008. Disponível no site: <www.ibge.gov.br>.

SEBRAE <http://www.sebrae.com.br>

ENTREVISTA

Antônio Carlos de Freitas, 2009.

PALESTRAS TRANSCRITAS

I Encontro da cadeia produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: indicação geográfica, qualidade e segurança. Dias 26 e 27 de novembro de 2009. PROMOÇÃO: EMBRAPA. **TEMA:** Queijo coalho: origem e tradição do nordeste brasileiro. Uso de sinais distintivos para proteção de produtos agropecuários : marca e indicações geográficas. **Palestrante:** Bivanilda Almeida Tapias – CIG/MAPA. 26 de novembro de 2009. Engenheira Agrônoma - Área de Biotecnologia.

I Encontro da cadeia produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: indicação geográfica, qualidade e segurança. Dias 26 e 27 de novembro de 2009. PROMOÇÃO: EMBRAPA. **Palestrante:** Rodrigo Sant'anna Alvim – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite - CNA.

I Encontro da cadeia produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: indicação geográfica, qualidade e segurança. Dias 26 e 27 de novembro de 2009. PROMOÇÃO: EMBRAPA. Tema- Indicações geográficas: aspectos legais, fundamentos, importância, exemplos nacionais e internacionais e procedimentos de registro. **Palestrante** Raul Bittencourt Pedreira – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, João Bosco Cavalcante et al. **Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial.** In: Encontro nacional de engenharia de produção, 31, Anais. Belo Horizonte, 4-7 out. 2011.

BARCELAR, Tânia. **As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios.** In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.). Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BASTOS, Maria do Socorro Rocha & FONTENELE, Maria Alves & OLIVEIRA, Otilia Mônica Alves Borges & PAULINO, Ana Virgínia de Oliveira da Silva & OLIVEIRA, Wellington da Silva. **FLUXOGRAMAS DE PRODUÇÃO DO QUEIJO COALHO DO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE.** In: CONGRESSO PAN-AMERICANO DO LEITE, 11. 2010, Belo Horizonte. Anais... Montevideu: Federação Pan-Americana do Leite, 2010.

CABRAL, J. Ireneu de. **Sol da manhã: memória da Embrapa.** Brasília:UNESCO, 2005.

CHADDAD, Fábio Ribas. **Denominação de origem controlada.** IN: *Caderno de pesquisas em Administração.* São Paulo: Vol 1. n 1 2 SEM/1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CRUZ, Elmar Rodrigues de & ÁVILA, Antonio Flávio Dias. **Retorno dos Investimentos em pesquisa a área de abrangência do Projeto I EMBRAPA -BIRD.** Brasília- DF: 1985. (Relatório apresentado para o BIRD pelos técnicos da EMBRAPA).

DELORME, Luiz Carlos & EARP, Fábio. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-73).** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (ORG). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime político e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Joana Filipa Dias Vilão da Rocha. **A Construção Institucional da Qualidade em Produtos Tradicionais.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, Maria Tereza Chaves. **A modernidade Republicana.** In: Revista Tempo, número 26, 2008.

MENEZES, Sônia de Souza de Mendonça. **As forças dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de Queijo.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Geografia da Universidade Federal do Sergipe. São Cristovão, 2009.

MOREIRA, José Nilton & ARAÚJO, Gherman Garcia Leal de & FRANÇA, Chirles Araújo. **Potencial de Produção de Leite em Pastagens e cultivadas no semi-árido.** In: X Simpósio Nordestino de alimentação de ruminantes. Petrolina, PE, 2006.

MULLER, Massardier, Gilles. **Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizado.** In: BONNAL, Phippe; LEITE, Sérgio Pereira (Org.). Análise comparada de políticas públicas - uma agenda em transformação, 2003.

NASSAU, Renata Tieko & ARAÚJO, Rinaldo dos Santos & BORGES, Maria de Fátima & LIMA, Janice Ribeiro & MACEDO, Benemária Araújo & LIMA, Márcia Helena Portela & BASTOS, Maria do Socorro Rocha. **Diagnóstico das condições de processamento de produtos regionais derivados do leite no Estado do Ceará.** In: Boletim da EMBRAPA, 2001. ISSN 1677-1907; n.º.1)

OLIVEIRA, Otília Mônica Alves Borges et al. **Ações de Pesquisa e de Desenvolvimento para Reconhecimento da Indicação Geográfica do Queijo Coalho de Jaguaribe – CE.** Ceará: Instituto de Laticínios Cândido Toste, 2010.

ORTEGA, Antonio César. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil.** Uberlândia: EDUFU, 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa. A intriga e a narrativa histórica.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010, vol 1, vol 2, vol 3 .

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo da abertura política no Brasil, 1974-1985.** In: Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (org) FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006.

TELLES, Milena Ambrósio & CASTRO, Livia Mendes de. **Glossário Pecus terminologia sobre pecuária sustentável.** EMBRAPA, MAPA. (sem data)

VIEIRA, Luís Fernando. **Revista de Política Agrícola – Ano VII – N.º 01 –Jan-Fev-Mar 1998.**